

EDcl no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.970 - PR (2018/0242041-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

EMBARGANTE : J W A

ADVOGADOS : SÉRGIO CANAN - PR007459

NILDO JOSE LUBKE - PR036242

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO NÃO CONHECIDO POR INCIDIR A SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO NÃO INFIRMADO. SÚMULA N. 182 DO STJ. AUSÊNCIA DE NULIDADE PROCESSUAL. PRINCÍPIO *PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF*. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 619 DO CPP. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. O recurso especial não foi admitido na origem ante o óbice das Súmulas n. 7 e 83 do STJ e 283 do STF. No agravo subsequente, a defesa deixou de infirmar as razões do *decisum* combatido e, por ocasião do regimental, limitou-se a defender implicitamente o que foi impugnado e rebatido e reafirmou as alegações do recurso especial. Incidência da Súmula n. 182 do STJ.

2. A irresignação do embargante resume-se ao seu mero inconformismo com o resultado do julgado, que lhe foi desfavorável. Não há nenhum fundamento que justifique a oposição dos embargos de declaração, os quais se prestam apenas a sanar eventual omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade do julgado, e não a reapreciar a causa.

3. Embargos declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, rejeitar

os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

